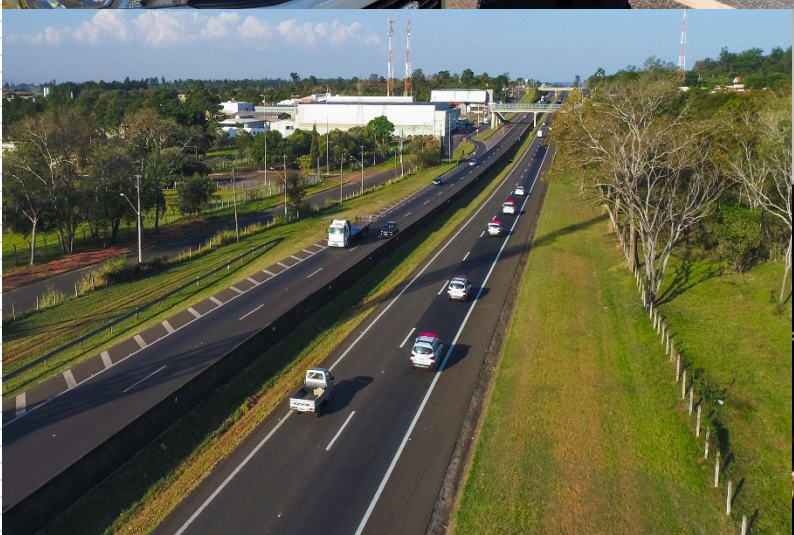
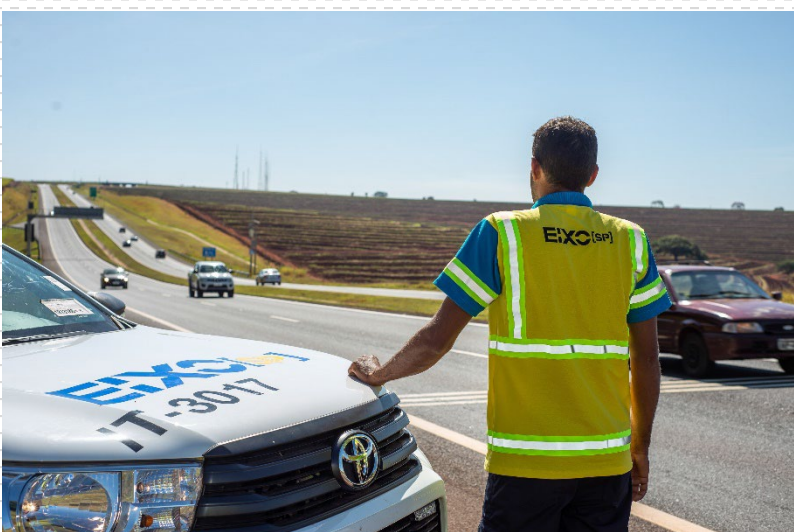


Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Relatório sobre a Revisão de Informações
Trimestrais do Período de Três Meses Findo em
31 de Março de 2023

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.



Relatório da Administração

1T23

Itirapina, 15 de maio de 2023.

É com grande satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no período do 1º trimestre de 2023.

As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

Informações relevantes

1. Pedido de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão:

Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP – Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

Em paralelo à discussão na fase administrativa a Companhia ingressou com ação judicial contra ARTESP com o objetivo de reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão nº 0409/ARTESP/2020 (“Contrato de Concessão”) e reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do primeiro ano de operação do Contrato de Concessão.

A ação principal está em fase de contestação por parte da ARTESP e Procuradoria Geral do Estado – “PGE”.

1. Compensação financeira pavimento sistema remanescente

Em 05 de maio de 2023, a Companhia recebeu do Poder Concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$ 248.034 para recuperação do pavimento do sistema remanescente.



DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	1T23		1T22		▲	
	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas
VEPs¹	15.405	13.441	14.325	13.390	8%	0%
Veículos Leves	5.495	6.730	4.872	6.265	13%	7%
Veículos Pesados	9.911	6.711	9.453	7.125	5%	-6%
Tráfego²	8.014	8.820	7.298	8.436	10%	5%
Veículos Leves	5.578	6.927	4.947	6.429	13%	8%
Veículos Pesados	2.389	1.799	2.302	1.902	4%	-5%
Veículos Isentos	47	94	49	105	-4%	-10%
Tarifa Média (R\$)	8,36	7,22	7,48	6,39	12%	13%

¹ VEPs - Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos pagantes de cada veículo.

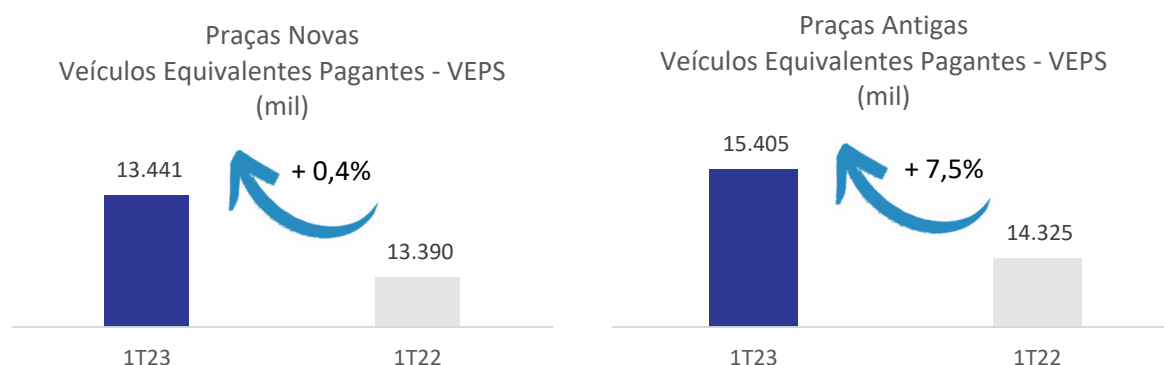
² Refere-se à quantidade de veículos pagantes que transitam pelas praças de pedágio da Companhia.

Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado do 1º Trimestre (Jan-Mar/23 sobre Jan-Mar/22): Brasil	8,6%	1,0%	8,2%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em <http://www.abcr.org.br>

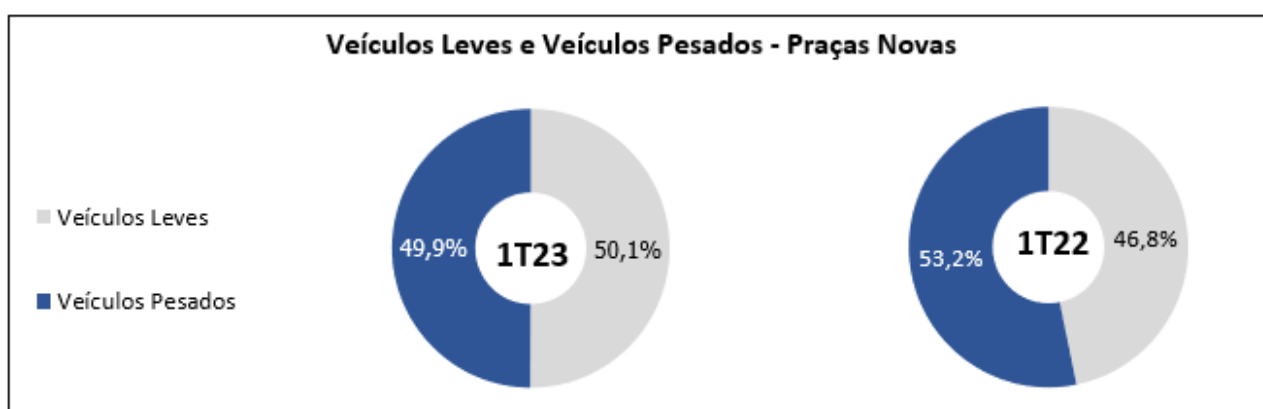
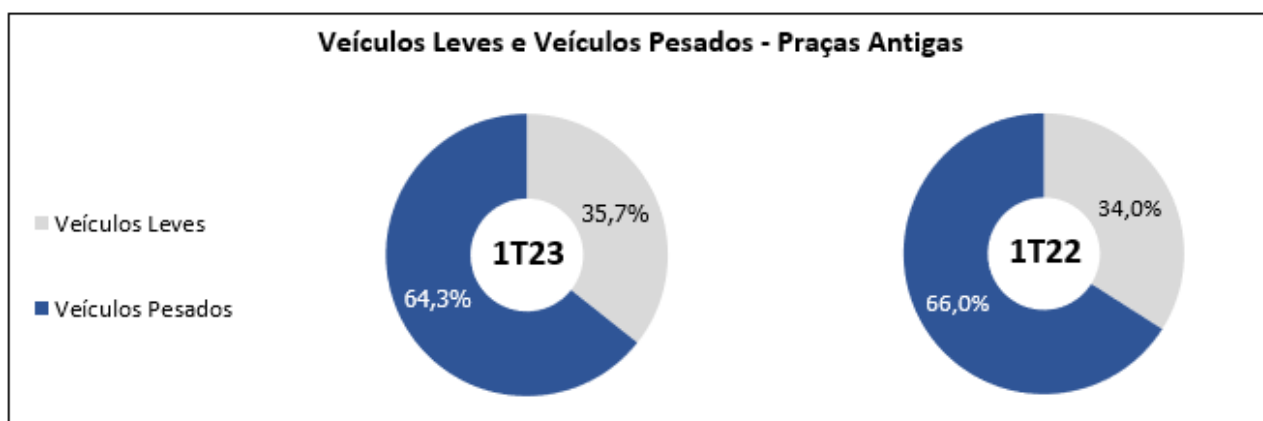
Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) -, para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 8,2% no fluxo total de veículos de janeiro a março de 2023, comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para o aumento de 8,6% em veículos leves, impactados pelos efeitos da retomada do tráfego anteriormente reduzido pelo COVID-19.



No primeiro trimestre de 2023, as praças de pedágio da EIXO registraram 28,8 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 4,1% na comparação com o mesmo período de 2022.

A performance de veículos pesados no primeiro trimestre, representa cerca de 57,6% do tráfego total¹ (59,8% do tráfego em 2022) e apresentaram um aumento de 0,26% no período comparativo. Da mesma forma em veículos leves o resultado foi positivo, com aumento de 9,8% no mesmo período comparado a 2022.

O quadro acima referido não foi objeto de revisão pelos auditores independentes.



¹ Tráfego em Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs.

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ Mil)	1T23	1T22	▲
Receita Bruta	307.067	254.573	21%
Receita com Pedágio ¹	227.787	194.035	17%
Receitas Acessórias	1.056	777	36%
Receita de Construção (IFRS)	78.224	59.761	31%
Receita Bruta Ajustada²	228.843	194.812	17%
Deduções da Receita Bruta	(19.683)	(16.751)	18%
Receita Líquida Ajustada²	209.160	178.061	17%

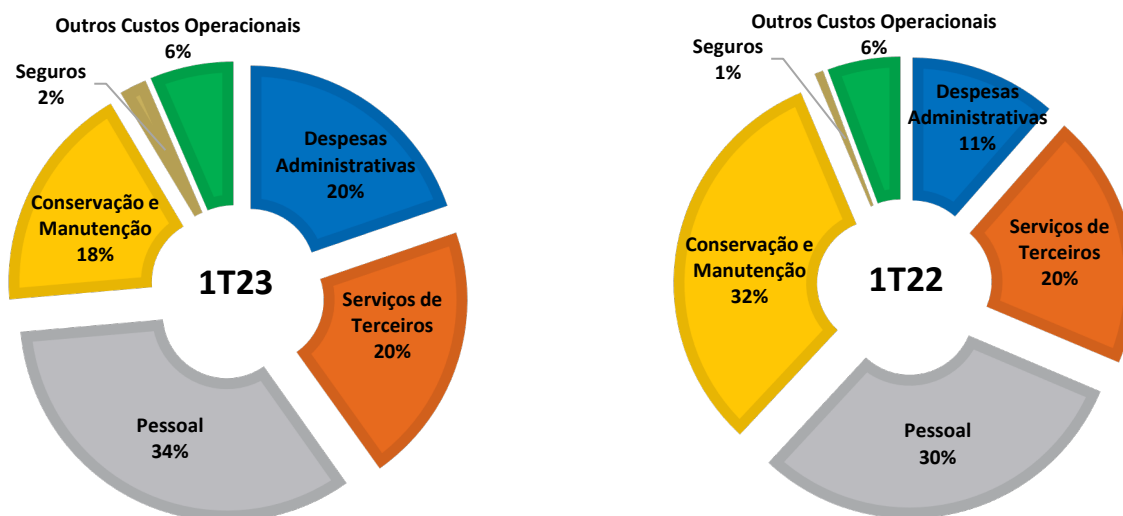
¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ Mil)	1T23	1T22	▲
Pessoal	(20.391)	(22.242)	-8%
Conservação e Manutenção	(10.897)	(23.119)	-53%
Serviços de Terceiros	(12.461)	(14.517)	-14%
Seguros	(1.274)	(490)	160%
Outros Custos Operacionais	(3.897)	(4.125)	-6%
Despesas Administrativas	(12.024)	(8.333)	44%
Custos e Despesas Administráveis	(60.944)	(72.826)	-16%
Ônus de Fiscalização e Variável	(19.327)	(17.121)	13%
Depreciação e Amortização	(41.868)	(32.166)	30%
Provisão para Contingências	(991)	(1.833)	-46%
Custos e Despesas Operacionais Ajustados¹	(123.130)	(123.946)	-1%
Custo de Construção (IFRS)	(78.224)	(59.761)	31%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(37.862)	(26.070)	45%
Custos e Despesas Operacionais	(239.216)	(209.777)	14%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis



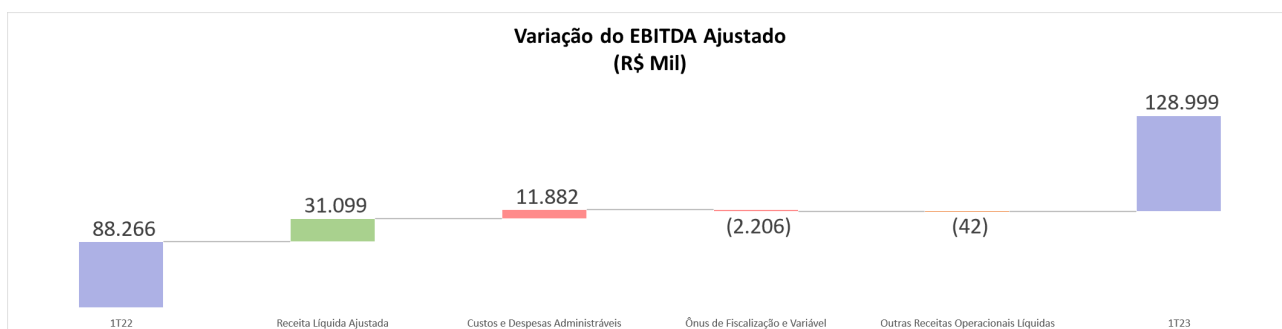
Os Custos e Despesas Administráveis estão em linha com o *budget* da EIXO.

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)	1T23	1T22	▲
Lucro (prejuízo) Líquido	(2.329)	(9.033)	-74%
Resultado Financeiro Líquido	50.354	46.250	9%
IRPJ & CSLL	253	(9.020)	-103%
Depreciação & Amortização	41.868	32.166	30%
EBITDA ICVM 527	90.146	60.363	49%
Margem EBITDA	31,37%	25,38%	24%
Receita de Construção (IFRS)	(78.224)	(59.761)	31%
Custo de Construção (IFRS)	78.224	59.761	31%
Provisão de Manutenção (IFRS)	37.862	26.070	45%
Provisão para Contingências	991	1.833	-46%
EBITDA Ajustado¹	128.999	88.266	46%
Margem EBITDA Ajustado¹	61,67%	49,57%	24%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 128,9 milhões no período de 2023, um aumento de 46% em relação ao mesmo período de 2022, da mesma forma a Margem EBITDA Ajustada aumentou 24%. O aumento no EBITDA Ajustado foi ocasionado pela entrada em operação de 16 novas praças de pedágio. O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa (i) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12 e (ii) receita e custo de construção e (ii) provisão para contingências.



RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	1T23	1T22	▲
Resultado Financeiro	(50.354)	(46.250)	9%
Receitas Financeiras	10.228	7.687	33%
Provisão para manutenção - AVP	880	3.780	-77%
Receita de aplicações financeiras	8.510	3.885	119%
Outros	838	22	3709%
Despesas Financeiras	(60.582)	(53.937)	12%
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(49.259)	(38.949)	26%
Provisão para manutenção - Atualização pela inflação	-	(7.890)	-100%
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(10.209)	(4.949)	106%
Atualização processos judiciais	(288)	(1.274)	-77%
Outros	(826)	(875)	-6%

Inflação e Juros	1T23	1T22	▲
IPCA Últimos 12 Meses	4,65%	11,30%	-59%
CDI Final do Período	13,65%	11,65%	17%
TJLP Final do Período	7,28%	6,08%	20%
TJLP Média Últimos 12 meses	7,14%	5,22%	37%

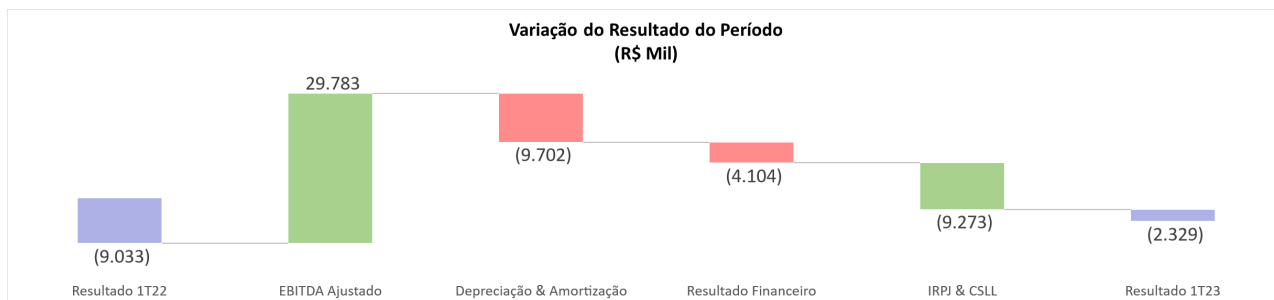
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>

<http://estatisticas.cetip.com.br>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

RESULTADO DO PERÍODO

Resultado do Exercício (R\$ Mil)	1T23	1T22	▲
Prejuízo do Período	(2.329)	(9.033)	-74%



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil) ¹	1T23	1T22	▲
Dívida Bruta	1.734.736	1.622.405	7%
Curto Prazo	7.619	7.239	5%
Empréstimos e Financiamentos	1.793	1.696	6%
Debêntures	5.827	5.543	5%
Longo Prazo	1.727.117	1.615.166	7%
Empréstimos e Financiamentos	731.813	692.334	6%
Debêntures	995.304	922.832	8%
Disponibilidades	268.506	305.317	-12%
Caixa e Equivalente de Caixa	228.449	269.117	-15%
Aplicações Financeiras Vinculadas	40.057	36.200	11%
Dívida Líquida Ajustada	1.466.230	1.317.088	11%

¹ A dívida é definida por empréstimos/financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação).

O financiamento obtido junto ao BNDES (linhas FINEM e Debêntures) estão indexados pelo IPCA.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ Mil)	1T23	1T22	▲
Investimento Total	2.693.286	2.374.621	13%
Imobilizado	65.751	46.003	43%
Intangível	2.627.535	2.328.618	13%
Direito de Concessão (Investimento)	2.622.324	2.317.561	13%
Direito de Uso	5.211	11.057	-53%

Os investimentos realizados em 2023 estão representados principalmente pela implantação de duplicação de pistas e vias marginais, bem como melhorias que visam reestabelecer as condições estruturais da rodovia como sinalização, drenagem e terraplenos, além de edificação de SAU's, acostamentos, parada de carga excepcional, conservação de obra de arte especial e recapeamento, equipamentos de monitoração de tráfego, rede Wi-Fi, entre outros equipamentos de tecnologia, PGF's, parada de ônibus, entre outros.

ACOMPANHAMENTO CONTRATO DE FINANCIAMENTO - BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos “A”, “B”, “C” e “D”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito “E”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos “A” e “B”: até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000.
- Subcrédito “C”: até 22 de junho de 2025, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000.
- Subcréditos “D” e “E”: até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion do subcrédito) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R\$ 435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R\$ 1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020.

Considerando os valores determinados pelo BNDES a EIXO SP atendeu aos requisitos e com isso possibilitando a obtenção do completion dos subcréditos A e B, conforme apuração abaixo:

Data Apuração	31/12/2022		31/03/2023	
EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)	EBITDA 12 Meses	EBITDA Acumulado	EBITDA 12 Meses	EBITDA Acumulado
Lucro (prejuízo) Líquido	33.596	85.431	40.300	83.101
Resultado Financeiro Líquido	174.692	310.585	186.838	360.940
IRPJ & CSLL	41.396	44.451	50.669	44.704
Depreciação & Amortização	142.653	271.089	152.356	312.958
EBITDA ICVM 527	392.338	711.557	430.163	801.702
Receita de Construção (IFRS)	(392.430)	(1.541.289)	(410.893)	(1.619.512)
Custo de Construção (IFRS)	392.430	1.541.289	410.893	1.619.512
Apropriação Despesas Antecipadas	(538)	(3.084)	(313)	(1.664)
Demais Custos e Despesas sem Efeito Caixa ¹	707	16.868	(4.062)	15.769
Provisão de Manutenção (IFRS)	104.280	165.109	108.031	202.972
Provisão para Contingências	6.358	7.420	5.515	8.411
EBITDA Ajustado²	503.144	897.870	539.333	1.027.191
Ebitda ajustado (na data-base de 31/12/2020)	438.411	818.626	464.919	928.216
Capital Social Integralizado (na data-base de 31/12/2020)	-	969.204	-	969.204
Total	438.411	1.787.830	464.919	1.897.420

¹ Desconsidera os impactos da Folha de Pagamentos (provisão de férias, 13º salário, PLR, encargos) e provisão de fornecedores.

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção, à Provisão para Manutenção, aos efeitos das despesas antecipadas e dos demais custos e despesas sem efeito caixa.

SOBRE A COMPANHIA

A EIXO



A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,800 – Pista Sul – Itirapina/SP, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. – IBH IX, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social único e exclusivo da exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do

Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e de acordo com as decisões tomadas em função das orientações recebidas do acionista controlador.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. O início de cobrança de pedágio das praças novas ocorreu da seguinte forma:

- 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021;
- 5 praças de pedágio em 28 de julho de 2021;
- 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021;
- 1 praça de pedágio em 16 de outubro de 2021.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem – formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O contrato de concessão firmado com o governo paulista prevê investimento de R\$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R\$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R\$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R\$500 milhões de investimentos socioambientais, e mais R\$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta



qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (wi-fi) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.

Os planos em curso visam atender ao contido no contrato de concessão e seus anexos, de acordo com o plano de investimentos e EVTE publicados no processo licitatório de Concorrência Internacional 01/2019.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ Mil)	1T23	1T22	▲
Receita Bruta	307.067	254.573	21%
Receitas com Pedágio	227.787	194.035	17%
Receitas Acessórias	1.056	777	36%
Receita de Construção (IFRS)	78.224	59.761	31%
Deduções da Receita	(19.683)	(16.751)	18%
Receita Líquida	287.384	237.822	21%
Custos & Despesas + Outras Receitas Operacionais Líquidas	(239.106)	(209.625)	14%
Pessoal	(20.391)	(22.242)	-8%
Conservação & Manutenção	(10.897)	(23.119)	-53%
Serviços de Terceiros	(12.461)	(14.517)	-14%
Seguros	(1.274)	(490)	160%
Outros Custos Operacionais	(3.897)	(4.125)	-6%
Ônus de Fiscalização	(19.327)	(17.121)	13%
Despesas Administrativas	(12.024)	(8.333)	44%
Provisão para Contingências	(991)	(1.833)	-46%
Custos de Construção (IFRS)	(78.224)	(59.761)	31%
Provisão para manutenção	(37.862)	(26.070)	45%
Depreciação & Amortização	(41.868)	(32.166)	30%
Outras receitas operacionais líquidas	110	152	-28%
Resultado Operacional	48.278	28.197	71%
Resultado Financeiro	(50.354)	(46.250)	9%
Receitas Financeiras	9.455	7.687	23%
Provisão para manutenção - AVP	880	3.780	-77%
Receita de aplicações financeiras	8.510	3.885	119%
Outros	65	22	195%
Despesas Financeiras	(59.809)	(53.937)	11%
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(49.259)	(38.949)	26%
Provisão para manutenção - Atualização pela inflação	-	(7.890)	-100%
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(10.209)	(4.949)	106%
Atualização processos judiciais	(288)	(1.274)	-77%
Outros	(53)	(875)	-94%
Resultado Antes dos Impostos	(2.076)	(18.053)	-89%
IRPJ & CSLL	(253)	9.020	-103%
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(11.249)	(3.104)	262%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.996	12.124	-9%
Lucro (Prejuízo) do Período	(2.329)	(9.033)	-74%

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	1T23	4T22	Passivo (R\$ Mil)	1T23	4T22
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	228.449	212.552	Fornecedores	32.079	47.130
Aplicações financeiras vinculadas	19.247	12.274	Empréstimos e financiamentos	1.793	1.761
Créditos a Receber	58.051	58.041	Debêntures	5.827	843
Estoques	4.009	4.447	Credor pela concessão	36.284	33.002
Adiantamentos a Fornecedores	699	2.480	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	15.547	13.482
Despesas Antecipadas	1.664	3.084	Impostos, taxas e contribuições	19.216	12.524
Impostos a Recuperar	3.104	2.466	Adiantamento de clientes	1.575	2.108
Partes relacionadas	144	173	Seguros e garantias	319	95
Outros Ativos	66	252	Passivo de arrendamento	3.128	3.863
Total do Circulante	315.433	295.769	Partes relacionadas	159	1.272
Ativo Não Circulante			Provisão para manutenção	147.364	119.142
Aplicações financeiras vinculadas	20.810	20.275	Outras contas a pagar	597	598
Impostos Diferidos	49.069	38.073	Total do Circulante	263.888	235.820
Depósitos judiciais	6.022	750	Passivo Não Circulante		
Imobilizado	65.751	69.884	Empréstimos e financiamentos	702.807	685.814
Intangível	2.622.324	2.579.842	Debêntures	392.311	383.215
Direito de Uso	5.211	6.882	Debêntures - Partes Relacionadas	595.411	581.694
Total do Não Circulante	2.769.187	2.715.706	Passivo de arrendamento	1.494	2.644
			Provisão para riscos processuais	9.875	9.058
			Provisão para manutenção	65.876	57.943
			Dividendos	811	811
			Total do Não Circulante	1.768.585	1.721.179
			Total do Passivo	2.032.473	1.956.999
			Patrimônio Líquido		
			Capital Social	969.857	969.857
			Reserva Legal	4.272	4.272
			Reserva de Lucros	78.018	80.347
			Total do Patrimônio Líquido	1.052.147	1.054.476
Total do Ativo	3.084.620	3.011.475	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.084.620	3.011.475

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2023: (i) auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS); e (ii) revisão das informações financeiras trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho operacional e acompanhamento contrato de financiamento - BNDES que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das informações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de maio de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Tarcísio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	31/03/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	Nota explicativa	31/03/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	228.449	212.552	Fornecedores	11	32.079	47.130
Aplicações financeiras vinculadas	4	19.247	12.274	Empréstimos e financiamentos	12	1.793	1.761
Contas a receber	5	58.051	58.041	Debêntures	13	5.827	843
Estoques	6	4.009	4.447	Credor pela concessão	14	36.284	33.002
Adiantamento a Fornecedores		699	2.480	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	15	15.547	13.482
Despesas Antecipadas		1.664	3.084	Impostos, taxas e contribuições	16	19.216	12.524
Impostos a recuperar		3.104	2.466	Adiantamento de clientes		1.575	2.108
Partes relacionadas	17	144	173	Seguros e garantias		319	95
Outros ativos		66	252	Passivo de arrendamento	18	3.128	3.863
Total do ativo circulante		<u>315.433</u>	<u>295.769</u>	Partes relacionadas	17	159	1.272
				Provisão para manutenção	19	147.364	119.142
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		597	598
Aplicações financeiras vinculadas	4	20.810	20.275	Total do passivo circulante		<u>263.888</u>	<u>235.820</u>
Impostos diferidos	7	49.069	38.073				
Depósitos judiciais		6.022	750	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	65.751	69.884	Empréstimos e financiamentos	12	702.807	685.814
Intangível	9	2.622.324	2.579.842	Debêntures	13	392.311	383.215
Direito de uso	10	5.211	6.882	Debêntures - Partes Relacionadas	13	595.411	581.694
Total do ativo não circulante		<u>2.769.187</u>	<u>2.715.706</u>	Passivo de arrendamento	18	1.494	2.644
				Provisão para riscos processuais	20	9.875	9.058
				Provisão para manutenção	19	65.876	57.943
				Dividendos	21.b	811	811
				Total do passivo não circulante		<u>1.768.585</u>	<u>1.721.179</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	21.a	969.857	969.857
				Reserva Legal	21.c	4.272	4.272
				Reserva de lucros	21.d	78.018	80.347
				Total do patrimônio líquido		1.052.147	1.054.476
TOTAL DO ATIVO		<u>3.084.620</u>	<u>3.011.475</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.084.620</u>	<u>3.011.475</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto para o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	01/01/2023 à 31/03/2023	01/01/2022 à 31/03/2022
RECEITA LÍQUIDA	22	287.384	237.822
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	23	(225.857)	(198.767)
LUCRO BRUTO		61.527	39.055
Despesa administrativas	23	(13.359)	(11.010)
Outras Receitas Operacionais		110	152
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		48.278	28.197
Receitas financeiras	24	10.228	7.687
Despesas financeiras	24	(60.582)	(53.937)
		(50.354)	(46.250)
PREJUÍZO DO PERÍODO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.076)	(18.053)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(11.249)	(3.104)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	10.996	12.124
PREJUÍZO DO PERÍODO		(2.329)	(9.033)
Prejuízo por ação - básico	25	(0,002)	(0,009)
Prejuízo por ação - diluído	25	(0,002)	(0,008)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>01/01/2023 à</u> <u>31/03/2023</u>	<u>01/01/2022 à</u> <u>31/03/2022</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	(2.329)	(9.033)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do período	<u>(2.329)</u>	<u>(9.033)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Capital Social		Prejuízos Acumulados	Reservas		Total
	Subscrito	A integralizar		Legal	Lucros	
SALDO EM 31/12/2021	1.400.000	(430.143)	-	2.592	48.750	1.021.199
Prejuízo do período	-	-	(9.033)	-	-	(9.033)
SALDO EM 31/03/2022	1.400.000	(430.143)	(9.033)	2.592	48.750	1.012.166
SALDO EM 31/12/2022	1.400.000	(430.143)	-	4.272	80.347	1.054.476
Prejuízo do período	-	-	(2.329)	-	-	(2.329)
SALDO EM 31/03/2023	1.400.000	(430.143)	(2.329)	4.272	80.347	1.052.147

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	01/01/2023 à 31/03/2023	01/01/2022 à 31/03/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo de exercício		(2.329)	(9.033)
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	23	41.869	32.166
Juros incorridos sobre arrendamento	24	78	208
Impostos diferidos	7	(10.996)	(12.124)
Provisão para riscos	20	817	3.108
Provisão para manutenção	19	36.155	30.180
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	12	26.291	28.112
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	13	27.796	14.935
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(10)	(3.159)
Estoques		438	(621)
Impostos a recuperar		(638)	(44)
Adiantamento a fornecedores		1.782	(89)
Despesas antecipadas		1.420	(3.808)
Outros ativos		(5.086)	275
Fornecedores		(26.581)	6.353
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		2.065	3.811
Credor pela concessão		3.282	3.116
Impostos, taxas e contribuições		9.887	(2.560)
Contas a pagar com partes relacionadas		(1.083)	(592)
Outras contas a pagar		(310)	(142)
IRPJ e CSLL pagos no exercício		(3.195)	-
Amortização de juros empréstimos e financiamentos	12	(9.267)	(8.761)
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	18	(78)	(208)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>92.307</u>	<u>81.123</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	8	(1.437)	(15.101)
Aquisições de intangível	9	(65.576)	(66.829)
Aplicações financeiras vinculadas	4	(7.509)	(12.644)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(74.522)</u>	<u>(94.574)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	18	(1.888)	(1.993)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(1.888)</u>	<u>(1.993)</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>15.897</u>	<u>(15.444)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		212.552	284.561
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		228.449	269.117
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>15.897</u>	<u>(15.444)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	01/01/2023 à 31/03/2023	01/01/2022 à 31/03/2022
RECEITAS			
Com arrecadação de pedágio e acessórias	22	228.843	194.812
Com construção	22	78.224	59.761
Outras receitas		110	152
		<u>307.177</u>	<u>254.725</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo e Despesa operacionais	23	(128.103)	(110.848)
Serviços terceiros, seguros e outros	23	(21.133)	(22.719)
Poder concedente	23	(19.327)	(17.121)
Valor adicionado (consumido) bruto		<u>138.614</u>	<u>104.037</u>
RETENÇÕES			
Depreciações e amortizações	23	(41.869)	(32.166)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		<u>96.745</u>	<u>71.871</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	24	10.228	7.687
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		<u>106.973</u>	<u>79.558</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Proventos		16.779	15.920
Benefícios		5.768	4.005
Encargos sociais e trabalhistas		4.818	4.657
Outros encargos		489	866
	23	<u>27.854</u>	<u>25.448</u>
Remuneração de capitais a terceiros:			
Juros sobre empréstimo	24	49.259	43.898
Despesas financeiras	24	315	224
Aluguéis	23	930	1.475
Outras		11.008	9.815
		<u>61.512</u>	<u>55.412</u>
Governo:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	11.249	3.104
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(10.996)	(12.124)
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)	22	11.330	9.640
Programa de Integração Social (PIS)	22	1.487	1.266
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	22	6.866	5.845
		<u>19.936</u>	<u>7.731</u>
Atribuído aos acionistas:			
Prejuízo do exercício		(2.329)	(9.033)
VALOR CONSUMIDO		<u>106.973</u>	<u>79.558</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

PARA O PERÍODO DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, sendo a sede da Companhia localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,80 - Pista Sul - Itirapina - SP.

A Companhia tem como única acionista e controladora a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores em conjunto o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group").

O Contrato de Concessão possui prazo de 30 anos, com início em junho de 2020, para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama.

O Contrato de Concessão envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa no valor de R\$1.136.335, a qual foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.
- O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5% sobre a receita bruta) desde o início da cobrança do pedágio, e outorga variável (7% sobre a receita bruta), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A receita bruta é composta pela receita tarifária bruta, adicionada à receita acessória bruta.
- Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de aproximadamente R\$13,2 bilhões para o período remanescente da concessão, devendo ser alocados para obras de ampliação e manutenção do trecho concedido.

A data de início da operação ocorreu em 4 de junho de 2020, formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entres os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jahu. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 32 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Os gastos para aquisição de bens reversíveis, decorrentes das obrigações assumidas no contrato de concessão, são classificados inicialmente como ativo intangível, pois refere-se ao direito da Companhia de cobrar dos usuários pelos serviços prestados.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. O início de cobrança de pedágio das praças novas ocorreu da seguinte forma:

- 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021.
- 5 praças de pedágio em 28 de julho de 2021.
- 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021.
- 1 praça de pedágio em 16 de outubro de 2021.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.

O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica para cada trecho de pista simples ou dupla, cada uma com o seu valor já determinado e corrigido anualmente pelo IPCA.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

As informações trimestrais individuais foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022"), publicadas no dia 15 de março de 2023 no jornal O Estado de São Paulo ("Estado") e disponibilizadas por meio do seguinte website: <https://ri.eixosp.com.br/default.aspx>.

2.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia adotou as novas regras de IFRS relacionadas abaixo e não há impacto nas informações financeiras:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em
Alterações à IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
	Classificação de Passivos como Circulantes ou	
Alterações à IAS 1	Não Circulantes	01/01/2023
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos	
Alterações à IAS 12	Resultantes de Única Transação	01/01/2023

A Companhia não espera nenhum impacto material nas informações financeiras, sejam pelas alterações ou novas normas no período de aplicação inicial.

2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. No período de três meses findo em 31 de março de 2023, não houve alterações significativas nos julgamentos utilizados nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas demonstrações financeiras anuais.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	4.073	5.904
Bancos	529	6.500
Aplicações Financeiras (i)	<u>223.847</u>	<u>200.148</u>
Total (ii)	<u>228.449</u>	<u>212.552</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de março de 2023, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar os compromissos assumidos.

- (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 101% em 31 de março de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

- (ii) Na data da finalização destas informações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	19.528	19.263
Aplicações vinculadas - Debêntures	<u>20.529</u>	<u>13.286</u>
Total	<u>40.057</u>	<u>32.549</u>
 Circulante	 19.247	 12.274
Não Circulante	<u>20.810</u>	<u>20.275</u>
	<u>40.057</u>	<u>32.549</u>

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento obtido junto ao BNDES e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo:

BNDES

- (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga trimestralmente.
- (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento.

Debêntures

- (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga semestralmente.
- (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento.

A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante.

Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 95% em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

5 CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	57.911	57.924
Receitas acessórias a receber	<u>140</u>	<u>117</u>
Total	<u>58.051</u>	<u>58.041</u>

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	58.051	58.041
Total	<u>58.051</u>	<u>58.041</u>

(*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio, que serão recebidas das operadoras de serviço de arrecadação - "OSA".

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias.

6 ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Uniformes e EPIs	1.958	2.252
Manutenção civil e hidráulica	1.228	1.097
Outros	823	1.098
Total	<u>4.009</u>	<u>4.447</u>

Em 31 de março de 2023 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas informações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda diferido	36.080	27.995
Contribuição social diferida	12.989	10.078
Total	<u>49.069</u>	<u>38.073</u>
2023	1.227	1.819
Após 2024	47.842	36.254
Total	<u>49.069</u>	<u>38.073</u>

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas ativas tem as seguintes origens:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	8.439	7.449
Provisão de fornecedores	1.075	4.238
Provisão para manutenção	214.067	177.084
Capitalização de juros	(77.900)	(77.900)
Provisão PLR	(3.897)	(793)
Outras	2.536	1.901
Base de cálculo Total	<u>144.320</u>	<u>111.979</u>
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49.069	38.073

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício:

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.076)	74.991
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	<u>707</u>	<u>(25.497)</u>
Ajuste para alíquota efetiva:		
Capitalização de juros	-	(15.960)
Efeito tributário das adições e exclusões:		
Amortização da capitalização de juros	(209)	(758)
Outras diferenças permanentes	(751)	819
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(253)</u>	<u>(41.396)</u>
Impostos de renda e contribuição social corrente	(11.249)	(56.178)
Impostos de renda e contribuição social diferido	<u>10.996</u>	<u>14.782</u>
	<u>(253)</u>	<u>(41.396)</u>
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	17%	55%

8 IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonía comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	767	14.397	5.117	331	468	64.747	970	86.797
Adições	-	670	-	5	-	-	56	731
Saldo em 31 de março de 2023	767	15.067	5.117	336	468	64.747	1.026	87.528
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(157)	(2.421)	(2.093)	(163)	(41)	(11.863)	(175)	(16.913)
Adições	(21)	(519)	(256)	(16)	(12)	(4.012)	(28)	(4.864)
Saldo em 31 de março de 2023	(178)	(2.940)	(2.349)	(179)	(53)	(15.875)	(203)	(21.777)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	610	11.976	3.024	168	427	52.884	795	69.884
Saldo em 31 de março de 2023	589	12.127	2.768	157	415	48.872	823	65.751
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	527	9.441	4.701	326	11	23.952	639	39.597
Adições	240	4.956	416	5	457	40.795	331	47.200
Saldo em 31 de dezembro de 2022	767	14.397	5.117	331	468	64.747	970	86.797
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(78)	(515)	(1.081)	(98)	(2)	(2.977)	(67)	(4.818)
Adições	(79)	(1.906)	(1.012)	(65)	(39)	(8.886)	(108)	(12.095)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(157)	(2.421)	(2.093)	(163)	(41)	(11.863)	(175)	(16.913)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	449	8.926	3.620	228	9	20.975	572	34.779
Saldo em 31 de dezembro de 2022	610	11.976	3.024	168	427	52.884	795	69.884
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	

Em 31 de março de 2023, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em relação a análise de impairment realizada em 31 de dezembro de 2022.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de março de 2023.

9 INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (i)	Contrato de Concessão-Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158.304	1.519.095	1.136.335	3.104	2.816.838
Adições	45.102	32.710	-	-	77.812
Transferências	(13.549)	13.549	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2023	<u>189.857</u>	<u>1.565.354</u>	<u>1.136.335</u>	<u>3.104</u>	<u>2.894.650</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(138.901)	(97.849)	(246)	(236.996)
Adições	-	(25.835)	(9.469)	(26)	(35.330)
Saldo em 31 de março de 2023	<u>-</u>	<u>(164.736)</u>	<u>(107.318)</u>	<u>(272)</u>	<u>(272.326)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158.304	1.380.194	1.038.486	2.858	2.579.842
Saldo em 31 de março de 2023	189.857	1.400.618	1.029.017	2.832	2.622.324
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	
	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (i)	Contrato de Concessão-Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	1.034.970	1.136.335	2.531	2.392.669
Adições	148.375	275.221	-	573	424.169
Transferências	(208.904)	208.904	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>158.304</u>	<u>1.519.095</u>	<u>1.136.335</u>	<u>3.104</u>	<u>2.816.838</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(53.522)	(59.972)	(95)	(113.589)
Adições	-	(85.379)	(37.877)	(151)	(123.407)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>(138.901)</u>	<u>(97.849)</u>	<u>(246)</u>	<u>(236.996)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	981.448	1.076.363	2.436	2.279.080
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158.304	1.380.194	1.038.486	2.858	2.579.842
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

- (a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

- (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.
- (ii) Vide nota explicativa nº 1.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que leve à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em relação a análise de impairment realizada em 31 de março de 2023.

10 DIREITO DE USO

	Saldo em 31/12/2022	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/03/2023
Equipamentos operacionais	748	-	-	(337)	411
Instalações e Edificações	1.864	4	-	(172)	1.696
Veículos	4.270	-	-	(1.166)	3.104
Total	6.882	4	-	(1.675)	5.211

	Saldo em 31/12/2021	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Equipamentos operacionais	1.852	297	-	(1.401)	748
Instalações e Edificações	1.680	1.210	(446)	(580)	1.864
Veículos	8.868	569	-	(5.167)	4.270
Total	12.400	2.076	(446)	(7.148)	6.882

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média real de 6,09% a.a., pois os contratos de arrendamento são corrigidos pela inflação. A taxa real é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

11 FORNECEDORES

	31/03/2023	31/12/2022
Fornecedores - Obras	22.323	34.559
Fornecedores - Imobilizado	50	756
Fornecedores - Serviços	9.706	11.815
Total	<u>32.079</u>	<u>47.130</u>

12 DEBÊNTURES

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de março de 2023 é:

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Custo de Captação	Saldo em 31/03/2023
Partes relacionadas (ii)	581.694	-	13.717	-	-	595.411
BNDES (ii)	384.058	-	14.080	-	-	398.138
Total	<u>965.752</u>	<u>-</u>	<u>27.797</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>993.549</u>

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2022
Partes relacionadas (ii)	530.167	-	51.527	-	-	581.694
BNDES (ii)	359.945	-	44.407	(19.444)	(850)	384.058
Total	<u>890.112</u>	<u>-</u>	<u>95.934</u>	<u>(19.444)</u>	<u>(850)</u>	<u>965.752</u>

	31/03/2023	31/12/2022
Circulante	5.827	843
Não circulante	987.722	964.909

(i) As debêntures com o BNDES encontram-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros.

(ii) As debêntures não possuem "covenant" financeiro.

a) Debêntures com Partes Relacionadas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas.

As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$490.702 (R\$285.000 em janeiro e R\$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

b) Debêntures BNDES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$350.000, através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre as debêntures.

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização juros (i)	Custo de Captação	Saldo em 31/03/2023
BNDES	687.575	-	26.292	(9.267)	-	704.600
Total	<u>687.575</u>	<u>-</u>	<u>26.292</u>	<u>(9.267)</u>	<u>-</u>	<u>704.600</u>

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2022
BNDES	630.331	-	93.937	(36.693)	-	687.575
Total	<u>630.331</u>	<u>-</u>	<u>93.937</u>	<u>(36.693)</u>	<u>-</u>	<u>687.575</u>

	31/03/2023	31/12/2022
Circulante	1.793	1.761
Não circulante	702.807	685.814

- (i) O contrato de financiamento firmado com o BNDES encontra-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros.

a) Financiamento BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000.

A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos "A" e "B", no montante total de R\$650.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021 e 29 de novembro de 2021.

- Subcrédito "C": até 22 de junho de 2025, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000.
- Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de:

- Subcréditos “A”, “B” e “C”: carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização dar-se-á em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045.
- Subcrédito “D” e “E”: carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização dar-se-á em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045.

No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

- (i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão.
- (ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES.
- (iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. pagamento de outorgas e taxas da ARTESP.
- (iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores.
- (v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência.
- (vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada.
- (vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES.
- (viii) Não substituição das fianças bancárias.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre o financiamento.

Em 31 de março de 2023, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion do subcrédito) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R\$ 435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R\$ 1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020.

A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B).

14 CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente.

A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente - "ACDUF" corresponde à devolução de 75% da outorga variável I do contrato de concessão.

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ônus de fiscalização	1.209	1.158
Outorga variável	7.862	7.979
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente (i)	<u>27.213</u>	<u>23.865</u>
Total	<u>36.284</u>	<u>33.002</u>

- (i) O contrato de concessão prevê desconto aos usuários frequentes, sendo que tais descontos são compensados com parte da outorga variável a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - "ACDUF". Considerando a apuração mensal é realizada com base em estimativa e não nos valores reais, assim que concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior.

15 SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários e honorários	1.349	653
Encargos sociais e previdenciários	3.117	2.701
Provisão de férias	8.613	8.587
Provisão 13º	1.855	-
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	<u>613</u>	<u>1.541</u>
Total	<u>15.547</u>	<u>13.482</u>

16 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.158	3.112
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	10.158	3.992
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.099	4.049
Impostos federais terceiros	518	334
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	699	480
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	<u>584</u>	<u>557</u>
Total	<u>19.216</u>	<u>12.524</u>

17 PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de março de 2023 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	31/03/2023	
		Ativo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	29	7
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	21	15
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de Despesas	1	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de Serviços	22	137
Saldo em 31/03/2023		<u>144</u>	<u>159</u>

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2022	
		Ativo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	42	3
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	37	5
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de Despesas	1	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de Serviços	22	1.264
Saldo em 31/12/2022		<u>173</u>	<u>1.272</u>

Partes Relacionadas (*)	Resultado	
	01/01/2023 a 31/03/2023	01/01/2022 a 31/03/2022
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	21	28
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	21	(3)
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	-	-
Winity S.A.	(140)	(127)
Pátria Infraestrutura IV	-	-
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	204	(2.929)
	<u>106</u>	<u>(3.031)</u>

(a) Prestação de serviços para atividades contábeis e fiscais, financeiras, “supply chain”, administração de pessoal, seguros, entre outras.

(*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A.

(**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 28 de abril de 2023, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2023 em até R\$10.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de março de 2023, foram pagos R\$4.099 (R\$7.149 em 31 de dezembro de 2022) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

Debêntures

As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 13, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment PTE. LTD. ("GIC Group") - 30% do montante total captado.

Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 13 com efeito no resultado no montante de R\$13.717.

18 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigência do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	6.507	12.817
Adições e atualizações contratuais	3	2.076
Baixas de contrato	-	(446)
Juros provisionados	78	646
Pagamento de juros	(78)	(646)
Pagamento de principal	<u>(1.888)</u>	<u>(7.940)</u>
Total	<u>4.622</u>	<u>6.507</u>
Circulante	3.128	3.863
Não circulante	1.494	2.644

A realização do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

2024	607	1.339
2025	367	655
2026 em diante	<u>880</u>	<u>1.261</u>
Total	<u>1.854</u>	<u>3.255</u>
Ajuste a valor presente	<u>(360)</u>	<u>(611)</u>
Passivo de arrendamento	<u>1.494</u>	<u>2.644</u>

	Adoção Inicial	Dez.2022	Mar.2023	Dez.2023	Dez.2024	Dez.2025	Dez.2026 em diante
IPCA				5,96%	4,13%	4,00%	4,00%
<u>Ativo de arrendamento (i)</u>							
Balanço patrimonial	19.588	7.328	5.657	4.741	2.235	1.137	-
Fluxo com projeção	19.588	7.328	5.657	5.024	2.327	1.182	-
<u>Passivo de arrendamento (ii)</u>							
Balanço patrimonial	19.588	6.953	5.065	2.777	1.689	1.184	-
Fluxo com projeção	19.588	6.953	5.065	2.943	1.759	1.231	-
<u>Despesas financeiras (ii)</u>							
Balanço patrimonial		638	78	186	134	84	845
Fluxo com projeção		638	78	197	140	87	879
<u>Despesas de depreciação (i)</u>							
Balanço patrimonial		7.148	1.674	2.587	2.506	1.098	1.137
Fluxo com projeção		7.148	1.674	2.741	2.609	1.142	1.182

(i) Apresentamos a evolução do ativo de arrendamento no qual podemos notar o impacto da realização esperada para o mesmo através das despesas de depreciação.

(ii) Temos a evolução do passivo de arrendamento, que sofre impactos das despesas financeiras e sua realização ocorrerá através do recebimento das devidas faturas.

19 PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de retorno do contrato de concessão. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada oito anos.

Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Consumo	Saldo em 31/03/2023
Provisão para manutenção	156.226	37.862	(827)	193.261
Atualização pela inflação (Despesa financeira)	42.763	-	-	42.763
AVP (Receita financeira)	(21.904)	(880)	-	(22.784)
	<u>177.085</u>	<u>36.982</u>	<u>(827)</u>	<u>213.240</u>

Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2021	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2022
Provisão para manutenção	60.830	104.280	(8.884)	156.226
Atualização pela inflação (Despesa financeira)	11.090	31.673	-	42.763
AVP (Receita financeira)	(12.466)	(9.438)	-	(21.904)
	<u>59.454</u>	<u>126.515</u>	<u>(8.884)</u>	<u>177.085</u>

	31/03/2023	31/12/2022
Circulante	147.364	119.142
Não circulante	65.876	57.943

20 PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provável

Em 31 de março de 2023, a Companhia possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	31/03/2023	31/12/2022
Provisão para contingência - ações trabalhistas	1.447	1.210
Provisão para contingência - ações cíveis	8.428	7.848
Total	<u>9.875</u>	<u>9.058</u>
<u>Mapa movimentação</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	9.058	1.254
Adições (i)	938	7.451
Baixas	(409)	(1.092)
Atualização monetária	288	1.445
Saldo final	<u>9.875</u>	<u>9.058</u>

- (i) As adições ocorridas no primeiro trimestre de 2023 possuem natureza cível (R\$711) tendo como principais motivos objetos e animais na pista, enquanto as adições de natureza trabalhista (R\$224) em sua maioria, provenientes de reclamação trabalhista dos prestadores de serviços, nos quais a Companhia encontra-se em posição de corresponsável.

b) Possível

Em 31 de março de 2023, a Companhia possui processos de natureza cível (R\$7.948) e trabalhistas (R\$10.611) classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2023, o capital social subscrito é de R\$1.400.000, sendo integralizado R\$969.857 (R\$969.857 em 31 de dezembro de 2022), representado por 969.857.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	969.857.000	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva Legal

A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 31 de março de 2023 não foi constituída reserva legal. Em 31 de dezembro de 2022 a constituição da reserva legal foi de R\$1.680.

d) Reserva de retenção de lucros:

Em 31 de março de 2023 não houve alteração em relação a reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2022, a constituição realizada foi de R\$31.597.

22 RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Receita com arrecadação de pedágio (a)	227.787	194.035
Receitas com construção (b)	78.224	59.761
Receita acessória (c)	<u>1.056</u>	<u>777</u>
Receita Bruta	307.067	254.573
Deduções da receita	<u>(19.683)</u>	<u>(16.751)</u>
Receita líquida	<u>287.384</u>	<u>237.822</u>

- (a) A partir de 4 de junho de 2022 houve reajuste das tarifas de pedágio de acordo com a inflação acumulada (IPCA) em 12,13%. A partir de julho de 2021, 16 novas praças de pedágio foram colocadas em operação, motivando assim o aumento da receita com arrecadação de pedágio.
- (b) A receita de construção sofreu redução em função do término dos investimentos em trabalhos iniciais (PII - Programa Intensivo Inicial e PAI - Programa de Adequação Inicial) e em função da conclusão das praças de pedágios.
- (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com serviços	228.843	194.812
<u>Deduções</u>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(6.866)	(5.845)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(1.487)	(1.266)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	<u>(11.330)</u>	<u>(9.640)</u>
	<u>(19.683)</u>	<u>(16.751)</u>

23 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Custo dos serviços prestados:		
Custo de Obra	(78.224)	(59.761)
Provisão para manutenção (a)	(37.862)	(26.070)
Pessoal	(20.391)	(22.242)
Conservação e manutenção rotineira	(10.897)	(23.119)
Serviços de terceiros (b)	(12.461)	(14.517)
Seguros	(1.274)	(490)
Depreciações e amortizações	(41.524)	(31.322)
Poder concedente (c)	(19.327)	(17.121)
Locações de imóveis e máquinas	(930)	(1.420)
Outras despesas operacionais	(2.967)	(2.705)
Total	<u>(225.857)</u>	<u>(198.767)</u>

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Despesas operacionais:		
Provisão para riscos processuais	(991)	(1.833)
Pessoal	(7.463)	(3.206)
Conservação e manutenção rotineira	(129)	(65)
Serviços de terceiros	(3.553)	(4.404)
Depreciações e amortizações	(344)	(844)
Locações de imóveis e máquinas	-	(55)
Outras despesas operacionais	(879)	(603)
Total	<u>(13.359)</u>	<u>(11.010)</u>

- (a) A constituição de provisão para manutenção deu-se após a conclusão dos trabalhos iniciais (PII - Programa Intensivo Inicial).
- (b) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.
- (c) A base de cálculo e taxas estão evidenciados na nota explicativa 14.

24 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Provisão para manutenção - AVP	880	3.780
Receita de aplicações financeiras	8.510	3.885
Outros	838	22
Total	<u>10.228</u>	<u>7.687</u>

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre Empréstimos /Debêntures	(49.259)	(38.949)
Provisão para manutenção - Atualização pela inflação	-	(7.890)
Amortização de custos com emissão de Empréstimos /Debêntures	(10.209)	(4.949)
Juros de arrendamento	(78)	(208)
Despesas bancárias	(315)	(224)
Atualização processos judiciais	(288)	(1.274)
Outras despesas financeiras	(433)	(443)
Total	<u>(60.582)</u>	<u>(53.937)</u>
Resultado Financeiro líquido	<u>(50.354)</u>	<u>(46.250)</u>

25 RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de março de 2023.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Lucro básico/diluído por ação:		
Lucro líquido do exercício	(2.329)	(9.033)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	969.857	969.857
Lucro básico	(0,002)	(0,009)
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures	73.127	98.454
Lucro diluído	(0,002)	(0,008)

O efeito do potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures com partes relacionadas emitidas em 2021, vide nota explicativa nº 13.

26 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Notas Promissórias: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras findo em 31 de março de 2023, conforme quadro a seguir:

Índice de endividamento

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Os índices de endividamento são os seguintes:		
Dívida (i)	1.734.736	1.694.743
Caixa e equivalentes de caixa	(228.449)	(212.552)
Aplicações financeiras vinculadas	(40.057)	(32.549)
Dívida líquida	<u>1.466.230</u>	<u>1.449.642</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>1.052.148</u>	<u>1.054.476</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,39</u>	<u>1,37</u>

- (i) A dívida é definida por Empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 12 e nº 13.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia.

- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o exercício findo em 31 de março de 2023, conforme quadro a seguir:

		<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos:			
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	228.449	212.552
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	40.057	32.549
Contas a receber	Custo amortizado	58.051	58.041
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	144	173
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	32.079	47.130
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	733.606	720.465
Debêntures	Custo amortizado	405.666	392.530
Debêntures - Partes Relacionadas	Custo amortizado	595.464	581.748
Credor pela concessão	Custo amortizado	36.284	33.002
Partes relacionadas	Custo amortizado	159	1.272

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam “ratings” AAA, baseado nas avaliações das principais agências de “rating”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2023	2024	2025 em diante
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	407.205	3.798.865	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	174.543	1.628.333	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	392.530	776.102	20.332	21.169	724.601
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	720.465	1.526.138	35.730	36.800	1.453.608
		<u>1.694.743</u>	<u>7.719.438</u>	<u>56.062</u>	<u>57.969</u>	<u>7.605.407</u>

e) Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do exercício findo em 31 de março de 2023. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Operação	Risco	Saldo 31/03/2023	Cenário I - provável	Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	228.449	31.183	38.979	46.775	23.387	15.592
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	40.057	5.468	6.835	8.202	4.101	2.734

Operação	Risco	Saldo 31/03/2023	Cenário I - provável	Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	405.666	24.178	30.222	36.267	18.133	12.089
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	733.606	43.723	54.654	65.584	32.792	21.861

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Operação	Risco	Saldo 31/03/2023	Cenário I - provável	Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	228.449	31.183	38.979	46.775	23.387	15.592
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	40.057	5.468	6.835	8.202	4.101	2.734

Operação	Risco	Saldo 31/03/2023	Cenário I - provável	Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	405.666	24.178	30.222	36.267	18.133	12.089
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	733.606	43.723	54.654	65.584	32.792	21.861

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Valorização		Desvalorização	
		Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	5,85%	7,45%	8,94%	4,47%	2,98%
CDI (b)	13,65%	17,06%	20,48%	10,24%	6,83%

- (a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2023. Fonte de informação - “site” do BACEN: www.bcb.gov.br - FOCUS - Relatório de Mercado de 31 de março de 2023.
- (b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2023. Fonte de informação - “site” da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 25 de abril de 2023.

27 SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de março de 2023, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2023
Riscos nomeados e operacionais	219.000	Até julho de 2023
Veículos - frota	81.466	Até julho de 2023
D&O	40.000	Até agosto de 2023
Risco de engenharia	280.843	Até junho de 2024
Seguro garantia	1.416.014	Até junho de 2023
Fiança Locatícia	1.078	Até maio de 2025
Seguro patrimonial	13.540	Até junho de 2023
Seguro patrimonial	13.500	Até setembro de 2023
Garantia judicial	325	Até janeiro de 2028

28 OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2023, a Companhia deverá investir aproximadamente R\$669 milhões de reais. Os investimentos deste ano estão representados principalmente pela duplicação da SP 294, da recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R\$14,1 bilhões - ao longo dos 30 anos (base junho/2020) - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R\$1,8 bilhão.

29 TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2023</u>
Reconhecimento do Direito de uso, CPC 6 (R2)	10	3
Receita de construção	22	78.224
Custo de construção	23	(78.224)
Fornecedores aquisição de intangível (a)	9	12.236
Aquisição de imobilizado (a)	8	706

(a) Valores pagos no período referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de imobilizado e intangível do exercício.

30 EVENTO SUBSEQUENTE

Em 05 de maio de 2023 a Companhia recebeu do Poder Concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$ 248.034 para recuperação do pavimento do sistema remanescente e não há expectativa de impacto no resultado da Companhia em virtude do valor recebido junto ao poder concedente.

31 APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Em 15 de maio de 2023, a Administração autorizou a emissão das presentes informações financeiras, estando aprovadas para divulgação.